



POSSIBILIDADES E LIMITES DE PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

Pesquisador(es): MICHNA, Karine Negri; TRESSOLDI, Lediane Paula; CETOLIN, Sirlei Favero

Curso: Direito

Área: Ciências Sociais Aplicadas

Resumo: Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa realizada com o objetivo de analisar a participação do Controle Social na esfera da Política Pública da Saúde de um município de pequeno porte, localizado no Extremo Oeste de Santa Catarina. Trata-se de um estudo de cunho qualitativo, realizado com a participação de doze conselheiros, sendo seis representantes de entidades Não-Governamentais e seis de entidades Governamentais. A coleta de dados foi realizada entre os meses de agosto a dezembro de 2019, por meio de uma entrevista. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa e os requisitos contidos na Resolução do Conselho Nacional de Saúde - CNS 466/2012 foram observados e respeitados. Foram encontrados como limites para a participação dos membros no Conselho, falta de tempo e de conhecimento na área da saúde, e no que se refere às possibilidades ser conselheiro possibilita uma visão mais ampla dos serviços de saúde ofertados no município. Ampliar as possibilidades e diminuir os limites na atuação dos conselheiros torna-se um desafio no contexto da saúde. A Constituição Federal de 1988 prevê em seus dispositivos a participação do cidadão na formulação e implementação das Políticas Públicas. E, neste sentido, observou-se a importância da manutenção do Controle Social na política pública da saúde. Espera-se que o resultado da pesquisa possa impulsionar propostas que se configurem como respostas para o fortalecimento da participação no Controle Social, reconhecendo o Conselho de Saúde como órgão colegiado deliberativo e permanentes do SUS.

Palavras-chave: Controle Social. Participação Social. Política de Saúde, Saúde Pública.

E-mails: karine.negri2018@gmail.com;sirlei.cetolin@unoesc.edu.br;